



Variação terminológica em processos e elementos de análise mórfica

Jozimar Luciovanio Bernardo^{1*} e Rayne Mesquita de Rezende²

¹Secretaria de Estado da Educação de Goiás, Av. José Marcelino, 81, 75701-430, Catalão, Goiás, Brasil. ²Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Português, Universidade Federal de Catalão, Catalão, Goiás, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: jozimarbernardo@yahoo.com.br

RESUMO. Este estudo aborda a variação terminológica no âmbito da Morfologia do português, nomeadamente de termos empregados na análise mórfica. No encalço desse objetivo, pontuamos os principais aspectos conceituais que consolidaram a Terminologia como uma das disciplinas dedicadas ao estudo do léxico. O *corpus* do qual extraímos os dados é composto por um conjunto de obras sobre estudos morfológicos da língua portuguesa, a saber: Câmara Jr. (1988), Kehdi (1990), Laroca (2003), Monteiro (2002) e Rosa (2011). Após apresentação de conceitos-chave da Terminologia e da contextualização de aspectos históricos e conceituais relacionados à Morfologia, cotejamos e analisamos, sob a perspectiva da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), os termos a) 'alomorfe'; b) 'substituição' e 'comutação'; c) 'vocabulo' e 'palavra' e d) 'radical' e 'raiz'. Dessa forma, constatamos ocorrências de não variação, de sinonímia terminológica, ou variação denominativa, e de variantes formais que poderíamos designar de 'quase sinônimas', pois, não obstante haja equivalências em certos contextos, apresentam traços semânticos distintivos e estão condicionadas a critérios discutíveis e não generalizantes. As interferências externas, por sua vez, foram de natureza dialetal, discursiva, interlinguística e cognitiva. No que diz respeito ao tipo funcional, não se identificaram diferenças entre tipos de registros e graus de especialidade, haja vista que as obras pesquisadas são de caráter introdutório.

Palavras-chave: terminologia; morfologia; sinonímia terminológica; léxico.

Terminological variation in processes and elements of morphic analysis

ABSTRACT. This study deals with terminological variation within the scope of Portuguese Morphology, namely terms used in morphic analysis. To achieve this objective, we point out the main conceptual aspects that consolidated Terminology as one of the disciplines dedicated to the study of the lexicon. The *corpus* from which we extracted the data is composed of a set of works on morphological studies of the Portuguese language, namely: Câmara Jr. (1988), Kehdi (1990), Laroca (2003), Monteiro (2002) and Rosa (2011). After presenting key concepts of Terminology and contextualizing historical aspects and concepts related to Morphology, we compare and analyze, from the perspective of the Communicative Theory of Terminology (TCT), the terms a) *alomorfe*; b) *substituição* and *comutação*; c) *vocabulo* and *palavra* e d) *radical* and *raiz*. In this way, we found occurrences of non-variation, terminological synonymy, or denominative variation, and formal variants that we could designate as "almost synonyms", since, despite the existence of equivalences in certain contexts, they present distinctive semantic traces and are conditioned to debatable and not generalizing criteria. The external interferences, in turn, were dialectal, discursive, interlinguistic and cognitive in nature. With regard to the functional type, no differences were identified between types of records and degrees of specialty, given that the researched works are characteristically introductory.

Keywords: terminology; morphology; terminological synonymy; lexicon.

Received on April 1, 2023.
Accepted on November 22, 2023.

Introdução

O estudo em tela remonta às leituras, discussões e análises realizadas nas aulas da disciplina 'Morfologia do português', no segundo semestre de 2016, quando cursávamos o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCLAr).

Chamaram a atenção os termos relacionados à análise mórfica que variam em distintos contextos. Em face disso, fomos estimulados a fazer um estudo terminológico do léxico especializado da Morfologia,

particularmente dos termos a) ‘alomorfe’; b) ‘substituição’ e ‘comutação’; c) ‘vocabulo’ e ‘palavra’ e d) ‘radical’ e ‘raiz’, ocorrentes nas seguintes obras: *Problemas de Lingüística descritiva*, de Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1988); *Morfemas do português*, de Valter Kehdi (1990); *Morfologia portuguesa*, de José Lemos Monteiro (2002); *Manual de morfologia do português*, de Maria Nazaré de Carvalho Laroca (2003) e *Introdução à morfologia do português*, de Maria Carlota Rosa (2011).

No contínuo da nossa formação acadêmica e na atuação docente, robustecemos as ideias desenvolvidas na ocasião supramencionada e, neste texto, apresentamos os respectivos resultados dessa investigação, que se baseia, também, em conhecimentos e experiências adquiridos na elaboração de trabalhos sobre o léxico da língua portuguesa.

Pontuamos, nas próximas seções, alguns conceitos-chave da Terminologia, ciência que sustenta a elaboração do presente estudo, tratando da sua evolução histórica, do seu desenvolvimento conceptual e da sua consolidação como uma das disciplinas dedicadas ao léxico. Em seguida, contextualizamos aspectos históricos e conceituais relacionados à área da Morfologia e, sob a perspectiva da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), analisamos os termos selecionados e cotejados. Nesse procedimento, levamos em consideração processos linguísticos envolvidos na variação terminológica, bem como interferências externas.

Convém acrescentar que as obras acima relacionadas são de caráter introdutório e que, diante da gama de aportes teóricos e de perspectivas de estudo da Morfologia, tal seleção assenta-se, essencialmente, na necessidade de se fazer um recorte que possibilitasse um olhar pormenorizado e capaz de trazer contribuições ao estudo morfológico da língua. Ademais, a investigação aqui empreendida abre caminhos para futuros trabalhos e pode subsidiar a prática docente, com impactos positivos na didática, e apoiar os discentes na compreensão dos termos e conceitos em questão, uma vez que essas obras introdutórias são normalmente lidas e estudadas por alunos da graduação.

Terminologia: a ciência do léxico de especialidade

Tratar do léxico como objeto de estudo suscita, em primeira ordem, remontar à sua definição, como forma de situá-lo no rol das ciências da linguagem. Formado pelo conjunto das unidades lexicais/palavras e seus significados, o léxico é o mais aberto dos sistemas da língua e o que mais diretamente absorve suas mudanças socioculturais e históricas, consistindo, paralelamente, em uma forma de registro, categorização e conhecimento do universo extralinguístico (Biderman, 2001). No desenvolvimento civilizatório, notamos refletidas no léxico das línguas as descobertas técnico-científicas que, como qualquer outro elemento, recebem nomes como forma de identificação.

O entendimento dessas unidades designativas específicas de determinada área do conhecimento como uma parte do léxico já foi alvo de diversas especulações teóricas até que se firmassem as bases da Terminologia, ciência que se ocupa do estudo dos subconjuntos léxicos de cada área especializada do conhecimento humano e tem como objeto “[...] o conjunto de termos de um domínio e dos conceitos (ou noções) por eles designados” (Barros, 2004, p. 34).

Destarte, o campo de atuação da Terminologia abrange as línguas de especialidade, nomeadamente os discursos técnicos e científicos compreendidos como sistemas de comunicação oral ou escrita, dos quais se servem as comunidades de especialistas de uma área do conhecimento. Nesse sentido, o termo – objeto de estudo da Terminologia – atua como uma Unidade de Conhecimento Especializado (UCE). Isso significa que é uma unidade do léxico atualizada em um contexto de uso específico. Andrade (2001), ao abordar definições, finalidades e conceitos da Terminologia e da Lexicologia, explica que

A terminologia pode ser encarada como uma ‘especificidade’ da lexicologia, uma vez que trata não de todas as palavras da língua, mas daquelas que constituem as linguagens especializadas. [...] entre suas diversas tarefas cabe-lhe o estudo das relações de significação (expressão e conteúdo) do signo terminológico, o que inclui a complexa dinâmica da criação desse signo (neonímia), e da renovação e ampliação dos universos de discursos terminológicos (Andrade, 2001, p. 192, grifo da autora).

Barros (2004) destaca que, embora a Terminologia seja tão antiga quanto a linguagem humana, suas bases epistemológicas e seu *status* enquanto ciência se fixaram somente no início do século XX. A autora pontua quatro períodos fundamentais na sua evolução histórica, quais sejam: (i) de 1930 a 1960, as origens; (ii) de 1960 a 1975, a estruturação; (iii) de 1975 a 1985, a eclosão; (iv) de 1985 à atualidade, a expansão das pesquisas na área, além da mudança de paradigma proposta na década de 1990 pela linguista espanhola Maria Teresa Cabré.

Ainda em relação à evolução e à solidificação da Terminologia, quatro foram as abordagens teóricas que contribuíram para a sua consolidação: a Escola Russa; a Escola Checoslovaca; a Escola de Viena (Eugen Wüster e a Teoria Geral da Terminologia – TGT) e a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) apresentada por M. T. Cabré, cada qual com uma visão particular acerca do mesmo objeto, o termo técnico ou científico. Com base em Barros (2004), sintetizamos as principais características de cada abordagem:

a. ‘Escola Russa’: tem como maior expoente o cientista e professor russo Dimitri S. Lotte (1889-1950), que considerava os termos como unidades da língua geral e por isso “[...] sujeitos a adquirir todas as características das palavras comuns” (Lotte, 1961, p. 8 *apud* Barros, 2004, p. 50). O autor defendia a tese de que as línguas de especialidade não são totalmente controláveis, uma vez que estão inseridas em um contexto cultural. Ademais, Lotte não acreditava na monossemia absoluta do termo.

b. ‘Escola Checoslovaca’: liderado pelo professor Lubomir Drozd, o grupo checoslovaco propõe a Teoria da Terminologia (TT), na qual o termo é parte de uma linguagem profissional e, por conseguinte, as linguagens de especialidade compõem estilo profissional que coexiste junto de outros estilos da linguagem. Assim, para a escola checoslovaca, as línguas de especialidade fazem parte da língua geral e também são línguas funcionais.

c. ‘Escola de Viena e a TGT’: entre todas as escolas, esta certamente foi a de maior visibilidade, pois estabeleceu e difundiu as bases de Terminologia como ciência. Seus pressupostos de base foram implementados por um não linguista, o engenheiro industrial e professor austríaco Eugen Wüster, que concebe o termo como uma unidade exclusiva das áreas de especialidade, sem nenhuma relação com o léxico geral. Wüster defendia a teoria da univocidade entre o conceito e o termo como a forma ideal de normalização na comunicação especializada. Da tese de doutorado do autor, além dos anos de pesquisa e atuação em diversas associações técnico-científicas, como a ISO (Organização Internacional de Normalização), surgiu a TGT – Teoria Geral da Terminologia – cujo objetivo foi eliminar qualquer tipo de ambiguidade (polissemia, homonímia, sinonímia etc.) do discurso científico. Para Wüster, o termo e o conceito pertencem a domínios independentes, o que contradiz a Linguística saussuriana.

d. ‘M. T. Cabré e a TCT’: na década de 1990, surge a TCT – Teoria Comunicativa da Terminologia –, uma nova proposta teórico-metodológica para a Terminologia, apresentada pela linguista Maria Teresa Cabré. Segundo a estudiosa, o termo é uma unidade do léxico geral que adquire a função de termo ao se atualizar em um contexto específico/técnico-científico. Ao contrário da TGT, a TCT admite a ocorrência de variação no discurso especializado, tanto denominativa quanto conceptual.

A exposição desses aspectos epistemológicos da Terminologia aponta qual abordagem sustenta as discussões ulteriores, qual seja a TCT, que reconhece a variação denominativa e a conceptual. Os seus postulados de base denotam o caráter descritivo dessa vertente da Terminologia, que objetiva descrever e analisar o uso que especialistas das diversas áreas do saber fazem da língua (Silva & Nadin, 2010). A partir de Cabré (1999), pontuamos quatro princípios da TCT:

1. ‘A poliedricidade do termo’: as unidades terminológicas são inerentemente poliédricas, porque integram, concomitantemente, aspectos linguísticos, cognitivos e sociais;

2. ‘O caráter comunicativo da terminologia’: toda unidade de conhecimento especializado (UCE) tem uma finalidade comunicativa, que se dá de maneira direta (no ato da comunicação entre especialistas, no discurso didático e de divulgação científica por especialistas) ou indireta (por meio dos processos mediados pela tradução e interpretação dos textos técnico-científicos);

3. ‘A variação’: todo processo de comunicação comporta a variação por meio de formas alternativas de denominação de um mesmo conceito (sinonímia) ou na expansão de significados de uma mesma forma (polissemia);

4. ‘Condição de linguagem natural’: embora os termos procedam de uma área específica, primordialmente são unidades que fazem parte da língua natural e, por isso, estão sujeitos às mesmas ocorrências/fenômenos de uma unidade do léxico geral.

Observando os princípios 3 e 4, depreendemos que o termo/unidade de conhecimento especializado¹ (UCE), sob a ótica da TCT, faz parte da língua geral e, como tal, passa pelos mesmos processos linguísticos (homonímia, polissemia e sinonímia) e extralinguísticos (variações dialetais, diacrônicas, diastráticas etc.) que uma unidade do léxico comum. Dessa maneira, uma unidade da língua(gem) específica/especializada está suscetível aos mesmos fatores da língua(gem) geral/não especializada. Em estudo da terminologia da medicina nos séculos XVII e XVIII, Botta (2013) corrobora tal consideração quando afirma que

¹ Doravante, nos referimos à Unidade de Conhecimento Especializado pelo acrógrama UCE.

Qualquer unidade lexical pode se tornar um termo quando se adapta aos propósitos de uma determinada área do saber. Além disso, deve-se considerar que os termos sofrem os mesmos processos e transformações típicos do sistema linguístico, equiparando-se, assim, a uma unidade do léxico comum (Botta, 2013, p. 2018).

Silva e Nadin (2010) ressaltam que, na proposta de Cabré (1999), a variação pode ocorrer na esfera ‘formal’, com diferentes denominações para um mesmo significado, ou na ‘conceptual’, em que uma mesma forma denomina distintos conceitos de uma área do saber. É sob essa perspectiva da TCT que analisamos pormenorizadamente alguns dos termos e conceitos fundamentais da Morfologia, cujos aspectos históricos e conceituais são brevemente contextualizados na seção subsequente.

Morfologia: aspectos históricos, conceito e objeto

As propriedades morfológicas da língua portuguesa estão estreitamente atreladas à história e à sócio-história dessa língua em seu processo de formação, desde a sua origem latina. Com relação às unidades lexicais, cada palavra – em sentido genérico – traz em seu cerne muitos aspectos, o que inclui as dimensões histórica, cultural, etimológica, diatópica e diastrática, em perspectivas diacrônica e/ou sincrônica, entre outras. Salienta-se, contudo, que aqui focamos, em específico, a parte estrutural das palavras, a sua morfologia.

Para o filósofo romano Cícero (1823), a história é a ‘mestra da vida’ – *historia magistra vitae*; mediante acontecimentos, dados e exemplos do passado nos orientamos no presente, fundados nas circunstâncias e fatos que serviram e ainda servem ao desenvolvimento do conhecimento hodierno. A partir desse pensamento, nesta seção, temos o propósito de fazer um breve apanhado histórico elencando pontos de referência pertinentes ao desenvolvimento da Morfologia como disciplina, da Antiguidade Clássica até sua afloração no Brasil, bem como apresentar o seu conceito e objeto.

Laroca (2003), em seu manual de Morfologia do português, descreve que a gramática clássica e de base filosófica divide-se em três partes: flexão, derivação e sintaxe. Por esse modelo de análise, no qual a derivação ocupava segundo plano, as palavras “[...] apresentavam flexões, isto é, variações acidentais em suas formas, dentro dos diferentes paradigmas” (Laroca, 2003, p. 11). Como exemplo, a autora reporta-se às declinações que distinguiam os nomes em relação aos verbos. Nesse viés, ao discutir o objeto da Morfologia, Basilio (2009, p. 1) salienta que na gramática clássica “[...] o objeto de estudo seria o paradigma ou esquema de variações de forma da palavra na expressão de categorias gramaticais”. Portanto, nessa gramática, a morfologia estava centrada na flexão e tinha como unidade mínima a palavra.

Como prelúdio do modelo de análise morfológica atual, Laroca (2003) lembra das achegas da gramática sânscrita de Panini (Séc. VI a.C. [?]), porquanto esta, em oposição à greco-romana, reconhecia a estrutura interna das palavras, ou seja, a subdivisão em raízes e afixos como unidades mínimas.

Com o decurso do tempo, gramáticos e filósofos, baseados na teoria da evolução de Darwin, tenderam a buscar a origem da linguagem por meio de sua trajetória histórica, uma vez que as formas mínimas componentes das palavras eram presumidas como unidades originárias, sobretudo, a partir do “[...] estudo da evolução das palavras em indo-europeu” (Laroca, 2003, p. 12). Assim,

[...] no século XIX, a palavra deixa de ser a unidade mínima de análise linguística; a comparação de elementos gramaticais como suporte a hipóteses de relação genética entre línguas favorece a adoção de um modelo de descrição que reconhece formativos como raiz e desinência. (Basilio, 2009, p. 1).

Afigura-se, destarte, a emergência das abordagens estruturalistas em pesquisas voltadas a descrever a Morfologia de uma língua. No Brasil, o precursor da investigação morfológica preocupada com dados do português foi o linguista Joaquim Mattoso Câmara Jr., cuja estreia se deu com a obra *‘Princípios de Linguística geral como fundamento para os estudos superiores da Língua Portuguesa’*, em 1942. Desse autor, evidenciam-se, ainda, *‘Problemas de Linguística descritiva’* (1969) e a póstuma *‘Estrutura da língua portuguesa’* (1970), cujos conteúdos tratam de descrições sincrônicas das estruturas fonológica e morfológica. Além das obras supracitadas, Basilio (2009) cita a edição brasileira da *‘Gramática da linguagem portuguesa’*, de Fernão de Oliveira, publicada por Olmar Guterres da Silveira em 1954; a *‘Gramática Histórica da Língua Portuguesa’* (1964, 3. ed.), de Manuel Said Ali; *‘A estrutura do verbo no português coloquial’* (1972), de Eunice Pontes; a primeira edição de *‘Princípios de morfologia’* (1979), de Horácio Rolim de Freitas; a *‘Morfologia portuguesa’* (1986), de José Lemos Monteiro e a *‘Formação de palavras no Português contemporâneo’* (1989), de Antônio José Sandmann.

Há de se citar, também, a abordagem gerativa dos estudos de morfologia derivacional, como os de Jackendoff e Aronoff, nos anos 70, o quais, posteriormente, vieram a influenciar a elaboração da tese de

doutorado da linguista brasileira Margarida Basilio – ‘*Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa*’ (1980), que mira a Morfologia como conhecimento lexical. A partir da década de 90, o crescente desenvolvimento do campo da Morfologia surtiu um significativo aumento de publicações e reedições.

Quanto ao termo morfologia, este é formado pelos elementos morf(o) + logia, do grego *morphê* e *logía*, significando, respectivamente, forma e estudo (Monteiro, 2002). Daí depreende-se o sentido de estudo da forma, ou seja, da estrutura. Antes de ser empregado no âmbito dos estudos das línguas, morfologia foi previamente utilizado como termo biológico para “[...] designar o estudo das formas dos organismos vivos” (Laroca, 2003, p. 12). Em meados do século XIX, precisamente em torno de 1860, conforme a autora supracitada, a palavra morfologia agregou *status* de termo cujo significado é o estudo das formas das palavras de uma língua.

Diante da problemática em torno da autonomia da Morfologia² em relação à Sintaxe, compartilhamos da posição de Laroca (2003), segundo a qual ambas as áreas não são partes estanques na estrutura da língua, assim como os demais níveis de análise. Em descrição e análise linguística, é didaticamente possível focar uma faceta, seja a morfológica, a sintática, a lexical, a fonética, a pragmática etc., mas, para uma adequada investigação, a área focalizada não pode prescindir das demais como se bastante e autossuficiente fosse. Exemplo disso é a categorização das palavras dentro das classes gramaticais, que requer que se tenham em conta as relações entre as palavras na frase, ou seja, o comportamento sintático. Dessa forma, concordamos com Monteiro (2002, p. 11) que “[...] forma, função e significado são elementos solidários e interdependentes, de tal modo que só num plano de abstração um existe sem os outros”. Não é intento, neste estudo, tratar minuciosamente dessas questões, mas reconhecemos que há muitas divergências quanto à problemática supradita.

Voltando-nos ao conceito, conclamamos Basilio (2009, p. 1), para quem a Morfologia é “[...] a parte da gramática que estuda a palavra do ponto de vista da forma”. De tal modo, tem-se uma ideia geral e sucinta, mas é digno de nota citar Cabral (1973) para se alcançar uma compreensão mais aprofundada. Conforme essa autora, Morfologia é a “[...] parte da gramática que descreve as unidades mínimas de significado, sua distribuição, variantes e classificação, conforme as estruturas onde ocorrem, a ordem que ocupam, os processos na formação de palavras e suas classes” (Cabral, 1973, p. 129). Em contrapartida ao modelo de análise da gramática clássica, a palavra, aqui, é tida como unidade máxima de análise morfológica e o morfema, como unidade mínima.

No que concerne ao objeto de estudo da Morfologia, na perspectiva de Basilio (2009), entre as diversas abordagens morfológicas, há uma instabilidade da qual decorrem duas possibilidades de delimitação desse objeto:

(1) a palavra: na gramática clássica, e, portanto, na tradição gramatical, a morfologia estuda a palavra e seu paradigma de variações de forma, na expressão de categorias flexionais; no gerativismo lexicalista, o objeto da morfologia é a palavra enquanto item lexical estruturado por padrões ou produto de regras de formação de objetos morfológicos.

(2) os elementos constituintes da palavra: no método comparativo, estes constituintes (raízes, desinências) são concretos; no estruturalismo, estes elementos (os morfemas) são sobretudo concretos, mas também abstratos, como meios de expressão de propriedades gramaticais; na Morfologia Distribuída, os morfemas são fundamentalmente abstratos, consistindo sobretudo em feixes de traços formais. (Basilio, 2009, p. 2-3).

Ademais, cumpre acrescentar que a Morfologia, além da forma interna das palavras e da relação entre estas, tem por objeto de estudo “[...] os princípios que regem a formação de novas palavras” (Monteiro, 2002, p. 12).

Assim, compreendemos que essa área veio se desenvolvendo, ganhando novas abordagens e sendo considerada como um domínio, uma parte da ciência Linguística que abrange descrição e análise mórfica, processos de flexão e formação de palavras e classificação e função de palavras. Desse amplo conjunto de aspectos formais da língua, no qual coexistem teorias e concepções, por vezes divergentes e discutíveis, provêm dessemelhanças conceituais, no decorrer da história, dentro de vieses diferentes e diante da pluralidade linguística.

Feita a explanação sobre o propósito de análise e como concebemos o discurso especializado da Morfologia como objeto de estudo, apresentamos, na sequência, os termos selecionados e as respectivas descrições e análises. Importa salientar que, na escolha dos termos, consideramos processos e elementos de análise mórfica basilares e introdutórios da área, por entendermos que versar acerca da recorrência de variação nesses termos fornece subsídios à compreensão de processos mais complexos, consistindo em um dos intentos do presente estudo.

² Veja-se a seguinte afirmação de Saussure (1975, p. 157): “[...] a Morfologia não tem objeto real e autônomo”.

Variação linguística no discurso especializado da morfologia

Após leitura das obras mencionadas na Introdução e levantamento dos termos designadamente utilizados nas aulas da disciplina ‘Morfologia do português’ – a) ‘alomorfe’; b) ‘substituição’ e ‘comutação’; c) ‘vocabulo’ e ‘palavra’ e d) ‘radical’ e ‘raiz’ –, listamo-los e os organizamos em quadros, com os títulos das obras em que foram localizados e a transcrição dos conceitos, conforme disposto a seguir nas Tabelas 1, 2, 3 e 4:

Tabela 1. Alomorfe.

Termo	Obra/autor	Definição
Alomorfe	<i>Problemas de Lingüística descritiva</i> (Câmara Jr., 1988)	“Por alomorfia entende-se a possibilidade de diferenças para o corpo fonológico de cada unidade mórfica elementar. Esta forma mínima, ou morfema <i>latu sensu</i> não está obrigatoriamente ligada a uma substância fônica imutável. Assim, -migo e mim são alomorfes ou variações mórficas de uma forma única ou morfema que corresponde à significação de 1ª pessoa gramatical num contexto específico sintático (sob a regência de preposição)” (Câmara Jr., 1988, p. 42).
	<i>Morfemas do Português</i> (Kehdi, 1990)	“[...] para os lingüistas americanos, de orientação distribucionalista, é a designação que se dá às diferentes realizações de um mesmo morfema. Assim, em português, o morfema [mim] apresenta, como alomorfes, /mim/ e /migo/, respectivamente [...]” (Kehdi, 1990, p. 65).
	<i>Morfologia portuguesa</i> (Monteiro, 2002)	“[...] todo morfema apresenta uma forma e um significado. Mas a forma nem sempre permanece inalterada. Às vezes, em determinados ambientes, ocorrem variações sem que o morfema deixe de ser o mesmo. Se listarmos os cognatos de ‘pedra’, encontramos ‘pedreiro’, ‘pedrada’, ‘pedraria’, ‘apedrejar’ etc. O semantema será [pedr]. Todavia, em ‘petrificar’, notamos que a forma mudou para [petr], conservando o mesmo significado. Dizemos então que [petr] é uma variação mórfica, um alomorfe de [pedr]. O alomorfe se distingue da norma. Ele constitui um desvio e, assim sendo, aparece com menos frequência” (Monteiro, 2002, p. 32, grifo do autor).
	<i>Manual de Morfologia do Português</i> (Laroca, 2003)	“A alomorfia é a propriedade de um morfema ser representado por vários morfes denominados alomorfes. Os alomorfes são morfes que têm uma distintividade fonético-semântica comum, pois representam o mesmo morfema” (Laroca, 2003, p. 29).
	<i>Introdução à Morfologia</i> (Rosa, 2011)	A autora descreve o fenômeno da alomorfia por meio de exemplos de situações em que um alomorfe pode aparecer. Rosa (2011) sintetiza apenas em uma breve definição que a “[...] ‘alomorfia’ diz respeito às configurações que um morfema pode tomar [...]” (Rosa, 2011, p. 61, grifo da autora).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 2. Comutação e substituição.

Termo	Obra/autor	Definição
Comutação	<i>Problemas de Lingüística descritiva</i> (Câmara Jr., 1988)	“O princípio básico da análise mórfica é a ‘comutação’. Este termo, lançado por Hjelmslev, designa uma operação contrastiva por meio da permuta dos elementos (Câmara Jr., 1988, p. 42, grifos do autor).
	<i>Morfemas do Português</i> (Kehdi, 1990)	“Teste que consiste em substituir um fonema de um signo linguístico por outro, a fim de verificar se a substituição acarreta uma diferença de sentido. Em caso afirmativo, tem-se um novo fonema [...]. Esse mesmo método foi aplicado à análise morfológica: em ‘amamos’ (primeira pessoa do plural), substituindo-se – ‘mos’ por – ‘is’, obtém-se ‘amais’ (segunda pessoa do plural), o que nos dá os morfemas /mos/ e /is/. Entre os linguistas norte-americanos, o termo mais freqüente é substituição [...]” (Kehdi, 1990, p. 65, 66, grifo do autor).
	<i>Morfologia portuguesa</i> (Monteiro, 2002)	“A técnica principal de análise mórfica, que a impede de ser arbitrária, é a comutação. A comutação se baseia no princípio de que tudo no sistema linguístico é oposição e consiste na substituição, pelo confronto, de uma forma por outra” (Monteiro, 2002, p. 38).
Substituição	<i>Introdução à Morfologia</i> (Rosa, 2011)	“O papel da morfologia passa a ser o de juntar esses pedaços de material, ou morfemas, que são signos mínimos. Para identificá-los no enunciado, o estruturalismo lançou mão da ‘substituição’ ou teste da ‘comutação’” (Rosa, 2011, p. 47, grifo da autora).
		“‘Substituição’ é o termo proposto por Harris e utilizado na linguística norte-americana; teste da comutação é a denominação dada por Hjelmslev seguida no Brasil por Câmara Jr (Rosa, 2011, p. 47, grifo da autora).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 3. Palavra e vocábulo.

Termo	Obra/autor	Definição
Palavra	<i>Morfemas do Português</i> (Kehdi, 1990)	O autor não apresenta um conceito preciso para palavra e destaca a dificuldade de se caracterizar este termo. Diante disso, Kehdi (1990) mostra os critérios de definição de palavra. “Tomemos, por exemplo, um critério fonético: a palavra seria uma unidade acentual, um conjunto marcado por um só acento tônico” (Kehdi, 1990, p. 10). No critério semântico, o autor salienta a problemática em torno dos limites entre homonímia e polissemia.
	<i>Morfologia portuguesa</i> (Monteiro, 2002)	“[...] reservamos o termo palavra somente para os vocábulos que apresentam significado lexical. É fácil tirar uma conclusão: ‘Toda palavra é vocábulo, mas nem todo vocábulo é palavra’” (Monteiro, 2002, p. 12, grifo do autor).
	<i>Manual de Morfologia do Português</i> (Laroca, 2003)	“[...] a palavra escapa às delimitações e definições dos linguistas que, para isso, se valem de critérios fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos. Esses critérios têm suas limitações, não podendo ser aplicados automaticamente. Não há, portanto, uma definição generalizante e universal para a palavra” (Laroca, 2003, p. 20).
	<i>Introdução à Morfologia</i> (Rosa, 2011)	“Para a linguística, o grande problema em definir ‘palavra’ é se esse termo passível de receber diferentes caracterizações nas diferentes dimensões do estudo da linguagem, nem sempre resultantes da mesma unidade. Afora o uso na escrita, podemos entender palavra: (a) como unidade fonológica; (b) como elemento mínimo da estrutura sintática; (c) como um elemento do vocabulário da língua” (Rosa, 2011, p. 74, grifo da autora).
Vocábulo	<i>Problemas de Lingüística descritiva</i> (Câmara Jr., 1988)	O ‘lexema’ é uma palavra considerada como unidade abstrata. Tem significado e pode apresentar variações, caso se inclua entre as palavras variáveis” (Rosa, 2011, p. 83, grifo da autora). “A ‘palavra gramatical’ ou ‘morfossintática’ é o lexema” (Rosa, 2011, p. 84, grifo da autora). “Em suma: a palavra ‘é por definição uma abstração gramatical’ e ‘qualquer critério fonológico deve permanecer logicamente secundário’ (Robins, 1959: 120). O ‘lexema’ e a ‘palavra morfossintática’ são os elementos que nos interessam aqui” (Rosa, 2011, p. 74, grifo da autora). “Tradicionalmente, toda e qualquer descrição da língua portuguesa leva em conta a existência do ‘vocábulo’, e nisso se baseia. De um lado, há o ‘vocábulo fonológico’, que corresponde a uma divisão espontânea na cadeia da emissão vocal. De outro lado há o ‘vocábulo formal ou mórfico’, quando um segmento fônico se individualiza em função de um significado específico que lhe é atribuído na língua. Há os dois termos grosso modo equivalentes, vocábulo e palavra, cuja distinção complementar de uso não está bem fixada. O melhor critério para essas distribuições parece ser o de atribuir a ‘vocábulo’ uma significação geral e considerar ‘palavra’ um tipo especial de vocábulo, de aplicação restrita aos nomes e verbos em correspondência com a distinção do ‘léxico’ de uma língua em face da sua gramática [...]” (Câmara Jr., 1988, p. 34, grifo do autor)
	<i>Morfemas do Português</i> (Kehdi, 1990)	“[...] segundo a NGB, a palavra, considerada do ponto de vista fonético, como constituída de fonemas e sílabas e provida ou não de tonicidade, recebe a designação de ‘vocábulo’; ‘palavra’ é a denominação mais adequada se enfocarmos o ponto de vista semântico. Não levaremos em conta, aqui, essa distinção, e os dois termos serão utilizados como sinônimos” (Kehdi, 1990, p. 10, grifo do autor).
	<i>Morfologia portuguesa</i> (Monteiro, 2002)	“Os vocábulos que não são palavras, como as preposições e conjunções, denominam-se ‘instrumentos gramaticais’” (Monteiro, 2002, p. 12, grifo do autor). Dessa maneira, pela ótica deste autor, o termo vocábulo condiz à ideia de ‘formas dependentes’ de Câmara Jr., uma vez que não funcionam de forma isolada num enunciado. Outrossim, palavras coincidem com formas livres, dado que podem existir sozinhas num enunciado.
	<i>Manual de Morfologia do Português</i> (Laroca, 2003)	“De um modo geral, o termo vocábulo é utilizado na análise fonológica quando o objetivo é identificação de sílabas, fonemas e/ou traços suprasegmentais” (Laroca, 2003, p. 21). Para ‘vocábulo formal’ e ‘vocábulo fonológico’ a autora compartilha dos conceitos de Câmara Jr.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 4. Radical e raiz.

Termo	Obra/autor	Definição
Radical e raiz	<i>Problemas de Linguística descritiva</i> (Câmara Jr., 1988)	“São o núcleo de cada vocábulo, ou, em termos de estruturação mórfica, a sua ‘raiz’. São, portanto, ‘morfemas lexicais’ como essência da ‘palavra’ (gr. <i>léxis</i>) em que se encontram. [...] uma complexidade na língua portuguesa, que já deparamos em latim, é a distinção que convém fazer entre radical (incluindo-se nesse conceito a ‘raiz’) e o ‘tema’. O tem vem a ser um radical ampliado por uma vogal determinada. Em vez de ‘cant-’, ‘fal-’, ‘grit-’, por exemplo, temos os temas em -a: ‘cantá-’, ‘falá-’, ‘gritá-’ [...]” (Câmara Jr., 1988, p. 47, 51, grifo do autor).
	<i>Morfemas do Português</i> (Kehdi, 1990)	“O radical corresponde ao elemento irredutível e comum às palavras de uma mesma família. Considerando-se a série: ‘ferro’ / ‘ferreiro’ / ‘ferradura’ / ‘ferramenta’, é o segmento ‘ferr’ que, por satisfazer às exigências especificadas, representa o radical. Devemos evitar a designação de raiz, vinculada à perspectiva diacrônica” (Kehdi, 1990, p. 26-27). “O radical inclui a raiz e os elementos afixais que entram na formação das palavras” (Monteiro, 2002, p. 46).
	<i>Morfologia portuguesa</i> (Monteiro, 2002)	“Raiz é o elemento irredutível e comum a todas as palavras de uma mesma família” (Monteiro, 2002, p. 44). Entenda-se que, embora seja irredutível (quando não pode mais ser segmentado), a raiz pode sofrer variações na forma, figurando como alomorfe.
	<i>Manual de Morfologia do Português</i> (Laroca, 2003)	“Essa estrutura mórfica, quando constituída de sufixos derivacionais e/ou prefixos, é denominada, tradicionalmente, ‘radical’, como, por exemplo, em ‘livraria’, com radical ‘livr-’ + ‘-aria’. [...] Podemos [...] definir o radical como uma estrutura polimórfica, constituída de raiz e afixos flexionais e derivacionais, estruturados hierarquicamente (Laroca, 2003, p. 62, grifo da autora).
	<i>Introdução à Morfologia</i> (Rosa, 2011)	“Os morfemas raízes constituem o núcleo mínimo de uma construção morfológica, o qual pode ser livre ou preso. Num item lexical como ‘racionalização’, podemos depreender vários núcleos ou elementos básicos centrais [...] O núcleo mínimo ‘racion-’ é o morfe raiz, preso, que representa o morfema raiz [razão].” (Laroca, 2003, p. 31). “A ‘raiz’ ou o ‘radical primário’ é o elemento mínimo de significado lexical. Se for ampliado por derivação, ou por composição, forma o radical ou radical secundário” (Rosa, 2011, p. 51, grifo da autora).

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 1, os autores são unânimes na atribuição da UCE ‘alomorfe’ ao conceito da variação de um morfema sem alteração do significado. Embora Rosa (2011) não apresente uma definição detalhada, a afirmação de que alomorfia se caracteriza pelas diversas formas que um morfema pode assumir corrobora a ideia dos demais autores. Portanto, no conjunto de obras considerado, não identificamos variação para esse termo. Em outro plano, na Tabela 2, observamos a variação entre as UCE ‘comutação’ e ‘substituição’ para denominar a operação contrastiva mediante permuta de elementos – referida pelos autores, especialmente, para análises fonológicas e mórficas. Assim, a coocorrência de termos diferentes para um mesmo conceito configura a variação terminológica de tipo denominativa, que, segundo Freixa (2006),

[...] pode ser definida como o fenômeno em que um mesmo conceito tem denominações diferentes; esta não é apenas qualquer variação formal (variação entre um termo e perífrase, ou uma definição, por exemplo), mas é restrita à variação entre diferentes denominações, formas lexicalizadas, formas com um mínimo de estabilidade e consenso entre os usuários de unidades em um domínio especializado (Freixa, 2006, p. 51, tradução nossa).³

Na Tabela 3, verificamos que na Morfologia persiste uma discussão bastante produtiva nos estudos do léxico: a conceituação do termo ‘palavra’. Percebemos que, se por um lado, a variação denominativa pode ser considerada, conforme o faz Kehdi (1990), em virtude de divergências teóricas, por outro, os estudiosos da Morfologia elaboram vários critérios, fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos, no intuito de distinguir tais conceitos, entretanto, “[...] esses critérios têm suas limitações, não podendo ser aplicados automaticamente” (Laroca, 2003, p. 20).

No quarto e último par de termos (Tabela 4), encontramos um quadro mais complexo, pois, entre os autores, não se verifica uma distinção nítida entre ‘radical’ e ‘raiz’. Câmara Jr. (1988) emprega ambos os

³ “Denominative variation can be defined as the phenomenon in which one and the same concept has different denominations; this is not just any formal variation (variation between a term and periphrasis, or a definition, for example), but is restricted to variation among different denominations, i.e., lexicalised forms, with a minimum of stability and consensus among the users of units in a specialised domain” (Freixa, 2006).

termos para referir-se ao núcleo de um vocábulo, sem distingui-los de maneira pontual. O autor usa o termo ‘radical’ quando busca diferenciá-lo do ‘tema’, que é o radical ampliado por uma vogal temática. Nesse momento, inclui no conceito de radical o termo ‘raiz’. Kehdi (1990), por sua vez, emprega radical e contraindica o uso de raiz, explicando que este é um conceito etimológico, próprio à perspectiva diacrônica do estudo das línguas. Monteiro (2002), em outra via, considera que a raiz está integrada ao radical e é o elemento indecomponível presente em todos os componentes de uma família lexical. De modo semelhante, para Laroca (2003), o radical inclui, hierarquicamente, a raiz (ou morfema raiz) e os afixos flexionais e derivacionais. A raiz, nessa definição, é o núcleo mínimo de uma estrutura morfológica. Assim, ‘livr-’ é a raiz do radical ‘livr-’+ ‘-aria’. Rosa (2011) traz esse entendimento e considera um processo de progressão do radical em primário, secundário etc., sendo o termo radical primário equivalente à raiz, elemento mínimo de significado.

Desta feita, vimos que, nas obras consultadas, o termo ‘alomorfe’ não varia. Em contrapartida, o par ‘substituição’ e ‘comutação’ constitui-se de variantes coocorrentes – quando duas ou mais denominações semanticamente compatíveis se aplicam a um mesmo conceito. Tal processo formaliza a sinonímia terminológica, que “[...] relaciona o sentido de dois ou mais termos com significados idênticos e podem coocorrer num mesmo contexto, sem que haja alteração no plano do conteúdo” (Faulstich, 2001, p. 31). Isso denota que no discurso especializado nem sempre existirá uma correspondência biunívoca entre UCE e conceito.

Com relação aos pares ‘palavra’ e ‘vocábulo’ e ‘radical’ e ‘raiz’, temos variantes formais, em situação de concorrência que pode levar tanto ao desuso de um dos concorrentes quanto à permanência de ambos. De acordo com Faulstich (2001, p. 26), “[...] a variante formal é uma forma lingüística ou forma exclusiva de registro que corresponde a uma das alternativas de denominação para um mesmo referente, podendo concorrer num contexto determinado”. Vale observar que Kehdi (1990) usa o termo radical e explicita o motivo de não empregar raiz.

No que diz respeito a possíveis fatores externos que contribuíram para a variação terminológica verificada no *corpus*, tomamos de empréstimo a tipologia elaborada por Freixa (2006). Para a autora, antes de se conjecturar quais são esses prováveis fatores, há que se levar em conta a autovariação (*self-variation*) e a heterovariação (*hetero-variation*). A primeira refere-se às variações de ordem tautológica, particulares do autor, como o intuito de evitar a repetição. A segunda, subdividida em cinco tipos, remete diretamente para questões exteriores à escrita individual, a saber: (i) ‘Dialetoal’: motivada pela diferentes origens (geográfica, temporal e social) dos autores; (ii) ‘Funcional’: causada por distintos registros comunicativos adaptados de acordo com o grau de especialização (por exemplo, a nomenclatura dos termos oficialmente instituídos de uma ciência tem um grau de especialização mais elevado do que um manual produzido para iniciantes na área); (iii) ‘Discursiva’: oriunda das diversas necessidades estilísticas e expressivas dos autores; (iv) ‘Interlingüística’: motivada pelo contato entre idiomas através da tradução dos termos; (v) ‘Cognitiva’: ocasionada por diferentes pontos de vista e vertentes teóricas e, às vezes, por algumas imprecisões teóricas.

Afirmar com exatidão o que motivou a heterovariação dos termos analisados constitui uma intrincada tarefa, pois isso demanda conhecer profunda e minuciosamente a bibliografia que fundamenta cada uma das obras consultadas neste estudo. Entretanto, mediante o cotejo, é plausível considerar que as interferências externas foram de natureza dialetoal, discursiva, interlingüística e cognitiva. No que concerne ao aspecto funcional, não se identificaram diferenças entre tipos de registros e graus de especialidade, porquanto todas as obras são caracteristicamente de nível introdutório.

Considerações finais

Concorde ao nosso objetivo, discutimos acerca da variação terminológica na Morfologia, ciência da qual coligimos as unidades de comunicação especializada (UCE) para as análises empreendidas neste artigo. Sob a luz da TCT, que concebe o termo/UCE como uma unidade lexical ativada em uma situação especializada (Cabré, 1999) – estando, portanto, sujeito a fenômenos da língua geral –, os resultados do cotejo dos termos e dos conceitos remeteu-nos a casos de não variação, de sinonímia terminológica, ou variação denominativa, e de variantes formais que poderíamos designar de ‘quase sinônimas’, uma vez que, embora possam se equivaler em determinados contextos, inevitavelmente carregam traços semânticos distintivos e estão condicionadas a critérios discutíveis e não generalizantes.

Vale dizer que não é propósito do presente estudo exaurir a discussão sobre variação dos termos trabalhados nem apresentar ‘saídas’ para questões complexas como a conceituação de palavra, mas ratificar a ocorrência de variação lingüística em discursos especializados, conforme preconiza a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) – uma das vertentes de nossa área de atuação como estudiosos do léxico.

Referências

- Andrade, M. M. (2001). Lexicologia, terminologia: definições, finalidades, conceitos operacionais. In M. P. de Oliveira, & A. N. Isquendo (Orgs.), *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia* (p. 191-200). Campo Grande, MS: UFMS.
- Barros, L. A. (2004). Identidade científica na Terminologia. In L. A. Barros, *Curso básico de terminologia* (p. 25-96). São Paulo, SP: EDUSP.
- Basilio, M. M. P. (1980). *Estruturas Lexicais do Português: uma abordagem gerativa*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Basilio, M. M. de P. (2009). Morfologia: uma entrevista com Margarida Basilio. *ReVEL*, 7(12), 1-8.
- Biderman, M. T. C. (2001). As ciências do léxico. In A. M. P. P. de Oliveira, & A. N. Isquendo (Orgs.), *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia* (p. 13-22). Campo Grande, MS: EDUFMS.
- Botta, M. G. (2013). Estudo lexical dos nomes de sintomas e de doenças nos séculos XVII e XVIII: comparação entre o português e o francês. *Estudos Linguísticos*, 42(1), 216-229.
- Cabral, L. S. (1973). *Introdução à Lingüística*. Porto Alegre, RS: Globo.
- Cabré, M. T. (1999). *La terminología: representación y comunicación: elementos para uma teoria de base comunicativa y otros artículos*. Barcelona, ES: Institut Universitari de Lingüística Aplicada; Universitat Pompeu Fabra.
- Câmara Jr., J. M. (1942). *Princípios de Lingüística geral como fundamento para os estudos superiores da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Briguiet.
- Câmara Jr., J. M. (1969). *Problemas de Lingüística descritiva*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Câmara Jr., J. M. (1970). *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Câmara Jr., J. M. (1988). *Problemas de Lingüística descritiva*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cícero, M. T. (1823). *De oratore: in three books*. Boston, MA: Wells and Lilly.
- Faulstich, E. (2001). Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista. *Tradterm*, 7(1), 11-40. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2001.49140>
- Freitas, H. R. (1979). *Princípios de morfologia: visão sincrônica da derivação em Português*. Rio de Janeiro, RJ: Presença.
- Freixa, J. (2006). Causes of denominative variation in terminology: a typology proposal. *Terminology*, 12(1), 51-77. DOI: <https://doi.org/10.1075/term.12.1.04fre>
- Kehdi, V. (1990). *Morfemas do português*. São Paulo, SP: Ática.
- Laroca, M. N. C. (2003). *Manual de morfologia do português*. Campinas, SP: Pontes; Juiz de Fora, MG: UFJF.
- Monteiro, J. L. (1986). *Morfologia portuguesa*. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará.
- Monteiro, J. L. (2002). *Morfologia portuguesa*. Campinas, SP: Pontes.
- Oliveira, F. (1954). *A gramática da linguagem portuguesa de Fernão d'Oliveyra* (Edição de Olmar Guterres da Silveira). Rio de Janeiro, RJ: [s. n.].
- Pontes, E. (1972). *Estrutura do verbo no português coloquial*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Rosa, M. C. (2011). *Introdução à Morfologia*. São Paulo, SP: Contexto.
- Said Ali, M. (1964). *Gramática histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo, SP: Melhoramentos.
- Sandmann, A. J. (1989). *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba, PR: Ícone.
- Saussure, F. (1975). *Curso de Lingüística geral*. São Paulo, SP: Cultrix.
- Silva, M. M. A., & Nadin, O. L. (2010). A variação na terminologia da nanociência/ nanotecnologia. *Filologia e Linguística portuguesa*, 12(2), 295-312. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v12i2p295-312>